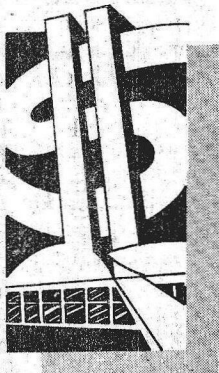


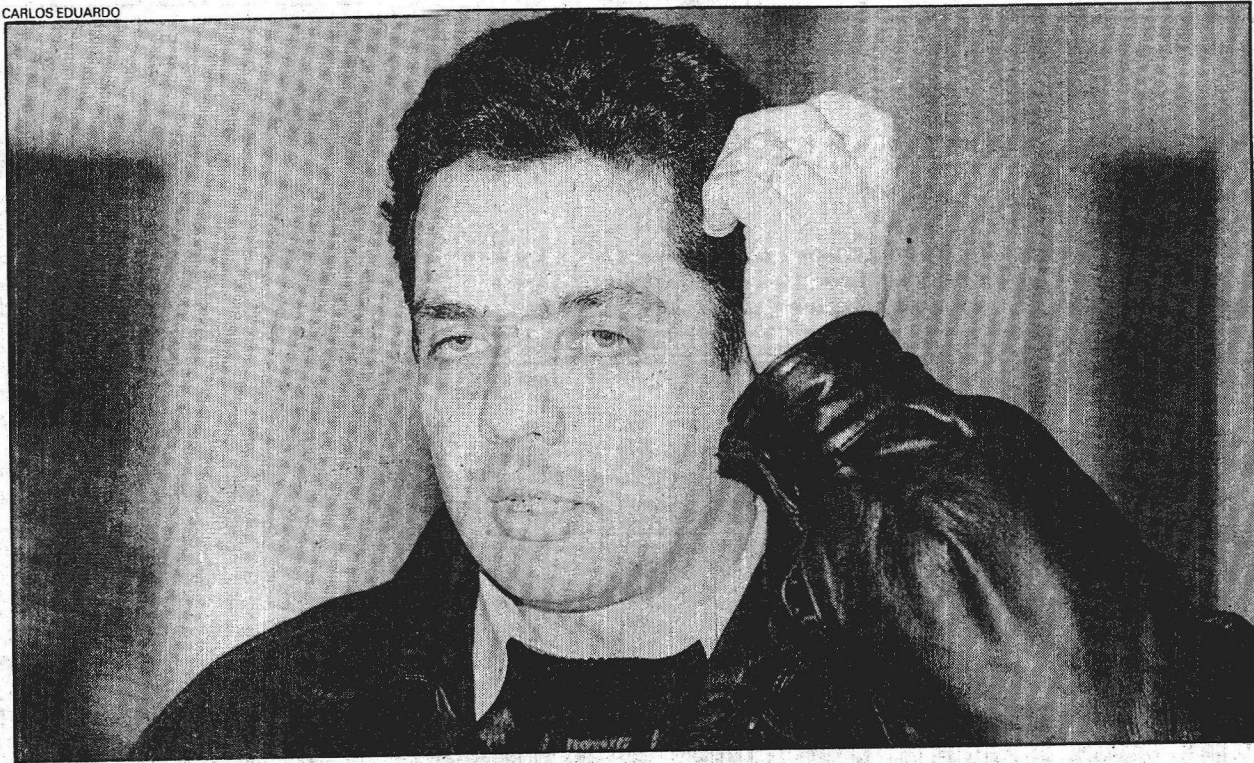
Câmara apura verba para distritais

João Junior

O presidente da Câmara Legislativa, Benício Tavares (PP) reafirmou ontem a sua posição de que somente após a conclusão dos trabalhos da CPI do Orçamento poderá ser instalada na Casa uma CPI para investigar as denúncias envolvendo o governador Joaquim Roriz e sete deputados distritais. Independentemente da instalação da CPI, segundo ressaltou Benício, os sete deputados acusados de terem recebido dinheiro do governador serão investigados pela Corregedoria da Câmara Legislativa, cuja criação está prevista num projeto que deverá tramitar assim que sejam reiniciadas as suas atividades este ano.



CARLOS EDUARDO



Benício Tavares: com ou sem CPI, deputados distritais sofrerão investigação da Corregedoria

“A CPI pode ser criada ou não, dependendo do relatório final da CPI do Orçamento, que ainda não está concluído. No momento, não há como dizer que a criação da CPI seja mais do que uma hipótese”, disse Benício. Ele informou que a futura corregedoria ouvirá o que cada deputado tem a dizer sobre os depósitos em suas contas bancárias e encaminhará as suas conclusões à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Distrital.

A reunião que havia sido marcada pelo presidente da Câmara com os deputados distritais não aconteceu. Benício, que havia marcado o encontro para às 17h, alegou que precisou ir a Ceilândia para se defender da denúncia envolvendo a construção de balcões para o GDF para a Fundação Fraternidade Essência. “Tive que sair para dar uma entrevista e explicar o assunto, mas conversei com os deputados pelo telefone”, disse.

Segundo informações de funcionários da Câmara, Benício passou a tarde no Palácio do Buriti. Enquanto isto, os deputados da oposição se reuniram para traçar novas estratégias.